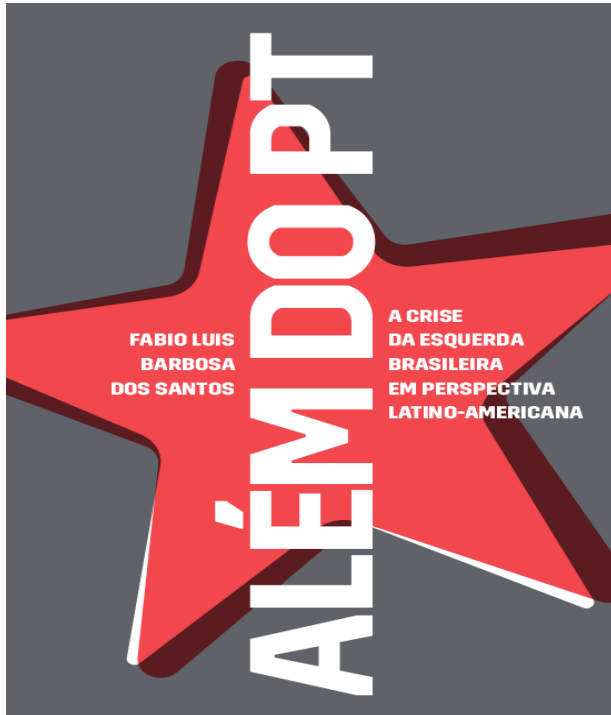


SANTOS, Fábio Barbosa dos. **Além do PT**. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

Angelita Matos Souza¹



Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana, de Fábio Barbosa dos Santos, consiste em um ensaio bastante crítico da experiência petista no poder: “inequivocamente antipopular, antidemocrática e antinacional” [p.18]. A obra reúne um apanhado de opiniões do autor, na primeira parte acerca dos governos do PT; na segunda buscando a contextualização internacional para discorrer sobre os limites nos processos de mudança social em países da América Latina. Como entendemos, as duas partes estão articuladas por uma ideia central: com as gestões petistas *estaria provado*, uma vez mais, que o reformismo não cabe dentro da ordem social latino-americana, sendo o *melhoramento* (se houver) sempre precário e temporário. Pior, o Brasil teria

desempenhando um papel modular no sentido da moderação da *onda progressista* recente na região. A terceira e última parte reforçará essa ideia.

Para Santos, seria impossível não reconhecer que o Brasil piorou nos últimos anos, teria se tornado mais violento, mais dependente, mais desnacionalizado, vulnerável ao capital financeiro, distante da reforma agrária e mais desmatado. A exploração do trabalho teria avançado e a sociedade estaria “mais embrutecida; mais consumista; mais alienada; e menos democrática” [p.24]. Percepção que nenhuma estatística seria capaz de desancar, pois orgânica, expressada nas jornadas de junho de 2013. Assim sendo, a necessária reconstrução da esquerda passa por “*matar o PT*” [p.26], partido cuja importância política daqui para frente deverá ser residual.

Evidente que o autor não endossa a tese do neodesenvolvimentismo para a caracterização dos governos petistas, outrossim considera as ações e iniciativas de integração regional, lideradas pelo Brasil, motivadas essencialmente pelo interesse econômico na internacionalização de grandes empresas do país, projeto externado na “diplomacia empresarial” do Itamaraty e no ativismo do BNDES, instituições fundamentais à “instrumentalização da integração regional em favor da internacionalização dos negócios brasileiros oligopolizados, consonante com a divisão internacional do trabalho predominante” [p.71].

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. angelitams@uol.com.br. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 14(2): 172-174, jul./dez. 2016 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

A política externa, orientada para América do Sul, teria procurado “conciliar soberania e imperialismo, replicando no plano internacional a mágica que o lulismo pretendeu operar no plano doméstico, conciliando capital e trabalho, burguesia e nação” [p.52]. A título de ilustração, foi criada a UNASUL, iniciativa identificada ao “regionalismo pós-neoliberal”, e retomada a IIRSA, identificada ao “regionalismo aberto” (neoliberal). Nos capítulos sobre o Brasil também são abordados temas como a reforma agrária/MST, jornadas de junho, impeachment, atuação nas crises políticas em países da região e até futebol. Sempre de forma desfavorável aos governos do PT e, para quem tem acompanhado a literatura sobre as gestões petistas, não há novidade na análise do autor, e sim reprodução de perspectivas críticas conhecidas.

Curioso é que não parece relevante o fato de a “percepção orgânica” de *terra arrasada* não ter impedido a reeleição de Dilma Rousseff, assim como o fato de o ex-presidente Lula ter terminado o segundo mandato com mais de 80% de aprovação popular e, apesar da campanha midiática contra a sua pessoa, assumir a dianteira nas sondagens para eleições de 2018. Provavelmente frutos da alienação popular em uma realidade escapável à estatística. Mas vale notar, antes de passar para a segunda parte, que certo despreço pela primeira tem a ver com o fato da *resenhista* abraçar perspectivas menos negativas sobre os governos do PT e as reformas empreendidas.

Na segunda parte, o autor procura enquadrar o *fracasso* do reformismo para além do lulismo. O primeiro capítulo - Por que revolução? – retoma o pensamento de Florestan Fernandes para defender que a mudança social no capitalismo dependente não pode contar com uma burguesia nacional. Neste sentido, as *derrotas* do século XX em países da região devem muito à incompreensão a respeito, afora Cuba, onde o processo revolucionário foi radicalizado e se estimulou desde o princípio o poder popular. Ao que tudo indica, Santos acredita que o socialismo foi alcançado na ilha caribenha, apesar das “dificuldades para aprofundar a mudança em um entorno consistentemente contrarrevolucionário, em um mundo em que a *referência progressista, enquanto houve, foi a União Soviética legada pelo stalinismo*” [p.141, grifo meu].

Em diálogo com o pensamento marxista latino-americano, a teoria marxista da dependência é resgatada, com destaque para Ruy Mauro Marini e às ideias de subimperialismo, superexploração do trabalho e marginalidade social, inerentes ao capitalismo dependente. O que redundaria em “em óbices para a realização capitalista, bloqueando os nexos entre acumulação e circulação” [p.147], porém não em estagnação, e sim em capitalismo monopolista e subimperialismo. Faltou apresentar/desenvolver melhor as ideias de Marini, em vez de apenas contrastar rapidamente diferenças com Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e, claro, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

De fato, como é um livro curto, que abraça aspectos variados da história latino-americana, o resultado acabou um tanto superficial, as posições do autor vão se sucedendo umas às outras como as corretas, sem muita problematização. Outro aspecto que desagrada é normativo: as citações indicam apenas o autor, sem apontar a obra, passível de identificação se o autor constar somente uma vez nas referências bibliográficas. A parte mais interessante da leitura diz respeito às considerações sobre Venezuela e Bolívia, países onde “a despeito da ausência de um projeto revolucionário

referido à classe operária como tal, emergiram [...] proposições de orientação anticapitalista” [p.169].

No caso da experiência bolivariana, a reapropriação da renda do petróleo teria permitido ganhos sociais significativos, como indicam os dados apresentados (neste caso, a estatística importa), todavia a permanência das mazelas venezuelanas apontaria para “os limites entre o que foi realizado e a revolução que se projetava” [p.175]: altos índices de criminalidade, corrupção e clientelismo, ineficiência estatal, dependência petrolífera, das importações de produtos generalizados, cultura rentista. E teria aumentado a participação do setor privado na economia, acompanhada do recrudescimento da exploração dos trabalhadores e, da perspectiva política, um problema central seria a contradição entre militarização do Estado e poder popular afirmado no ideário do Estado Comunal: “O propósito de fortalecer poderes locais em paralelo ao Estado é antagônico à racionalidade militar, segundo a qual autonomia é identificada como ameaça à soberania” [p.181]. Atualmente, prevaleceria a sensação de que o experimento se esgotou.

No caso boliviano, o qual apresentaria paralelos com o brasileiro, a denominação do governo do MAS como “governo dos movimentos sociais” mereceria sérios reparos, pois tanto tem aumentado a dissidência no campo popular como crescido o apoio de oligarquias e a aproximação com representantes do agronegócio cruenho; por sua vez a reação governamental à movimentação oposicionista tem sido a perseguição e criminalização. Dos *cocaleros*, que seguem com o governo, sobretudo as frações proprietárias da região de Chapare, base original de Morales, suspeita-se de conexões com o narcotráfico e denúncias envolveriam altos funcionários do governo. Em síntese, o capitalismo avança na Bolívia, destruindo modos de vida comunitários e tornando a economia “cada vez mais consumista, e cada vez menos produtiva” [p.197].

Concluí a leitura com a impressão de que a avaliação do autor, mais ou menos simpática, orienta-se pela radicalidade do processo de mudança enfocado: os limites da revolução cubana são decorrentes sobretudo dos fatores externos, nas críticas ao caso boliviano pesaria a adesão do governo à ordem capitalista, em alguma condescendência com a Venezuela a tentativa chavista de radicalizar. Em que pese inúmeras discordâncias, foi interessante averiguar como pensa a esquerda autodenominada revolucionária e antipetista, como Santos parece passível de *classificação*. Além disso, como destacou Ruy Braga no prefácio, o livro oferece algo em “falta no debate sobre as contradições do lulismo, isto é, um enquadramento internacional capaz de contextualizar o modo de regulação lulista e sua crise em uma perspectiva internacional”.